

AO EXPEDIENTE
Em 03 ABR 2007



Presidente

AO EXPEDIENTE
Em 03 ABR 2007

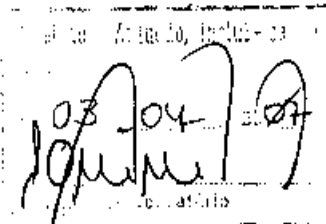


Presidente

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Ofício nº 128/2007/GAB-PGJ

Porto Velho, 28 de março de 2007



ESTADO DE RONDÔNIA	
Assembleia Legislativa	
03 ABR 2007	
Protocolo	007/07
Processo	007/07

De ordem
A Sec. Legislativa
Procedimentos
29.03.07
Remoção do Início de Oliveira
Chefe de Gabinete

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a essa augusta Casa de Leis, para deliberação de seus ilustres membros, nos termos do artigo 98 da Constituição Estadual, Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre alteração de dispositivos da Lei Complementar nº 93, de 03 de novembro de 1993, Lei Orgânica do Ministério Público Estadual.

A proposição tem como objetivo alterar o artigo 76 da Lei Orgânica Ministerial, para acrescentar requisito temporal à remoção de membros, passando a exigir a permanência mínima de 2 (dois) anos na mesma Promotoria de Justiça.

Atenciosamente,

ABDIEL RAMOS FIGUEIRA
Procurador-Geral de Justiça

Excelentíssimo Senhor
Deputado NEODI CARLOS FRANCISCO DE OLIVEIRA
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
NESTA

SECRETARIA LEGISLATIVA
Recebido em 30/03/07

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	
PROTOCOLO 648. PRESIDENCIA	
DATA	ENTRADA 29.03.07
4059	SANDBA 29.03.07



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

MENSAGEM Nº

Porto Velho, de março de 2007.

**EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA.**

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação e deliberação dessa Egrégia Assembleia Legislativa, nos termos do artigo 45, inciso I, nº 39 da Lei Complementar nº 93, de 03 de novembro de 1993, e do Art. 100, da Constituição do Estado de Rondônia, o Projeto de Lei Complementar em anexo, que *"Altera dispositivo da Lei Complementar nº 93, de 03 de novembro de 1993, e dá outras providências"*.

Assente a atribuição do Procurador-Geral de Justiça de iniciar a proposição de leis do interesse do Ministério Público¹, peço vênias aos eminentes parlamentares para apresentar a justificativa do presente Projeto de Lei Complementar.

O Projeto de Lei Complementar, ora submetido à apreciação dos ilustres representantes desta Casa de Leis, tem como objetivo alterar o artigo 76 da Lei Orgânica Ministerial, para acrescentar requisito temporal à remoção de membros, passando a exigir a permanência mínima de 2 (dois) anos na mesma Promotoria de Justiça.

¹ A Constituição Estadual (arts. 97 e 98), em sintonia com a Constituição Federal (arts 127 e 128), assegurou ao Ministério Público autonomia funcional e administrativa, possibilitando a proposição de projetos de lei que visem à criação e a extinção de seus serviços auxiliares e cargos, bem como a fixação de seus vencimentos, diretamente ao Poder Legislativo.

Idêntico regramento é o do Art. 3.º da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, Lei 8.625, de 12 de fevereiro de 2003.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

A nova exigência visa facilitar e permitir o planejamento adequado das remoções, bem como viabilizar que sejam efetuadas as promoções dos membros do Ministério Público Estadual.

São estes os termos da Mensagem que ora submetemos à elevada apreciação dos ilustres membros deste Poder Legislativo Estadual, com o esclarecimento de que a matéria já foi apreciada e aprovada pelo egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, na sua 290ª Sessão, ocorrida em data de 18 de dezembro de 2006.

Certo de ser honrado com a compreensão de Vossas Excelências e, conseqüentemente, com a aprovação do Projeto de Lei encaminhado, antecipo sinceros agradecimentos.

ABDELL RAMOS FIGUEIRA

Procurador-Geral de Justiça

Presidente do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº _____, DE _____ DE _____ DE 2007.

Altera dispositivo da Lei Complementar nº 93, de 03 de novembro de 1993, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. O artigo 76 da Lei Complementar nº 93, de 03 de novembro de 1993 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 76 - A remoção pressupõe 2 (dois) anos de exercício na mesma Promotoria de Justiça e far-se-á para cargo de igual classe ou entrância, pelos critérios alternados de antiguidade e merecimento.

Parágrafo único - A remoção voluntária não enseja ajuda de custo”.

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.